

Anáísa Saraiva Marques

Comportamentos antissociais e fatores de risco da delinquência juvenil: caracterização de  
uma escola

Universidade Fernando Pessoa  
Porto 2012



Anaísa Saraiva Marques

Comportamentos antissociais e fatores de risco da delinquência juvenil: caracterização de  
uma escola

Universidade Fernando Pessoa  
Porto 2012

Anaísa Saraiva Marques

Comportamentos antissociais e fatores de risco da delinquência juvenil: caracterização de  
uma escola

---

Anaísa Saraiva Marques

Projeto de Graduação  
apresentado à Faculdade de  
Ciências Humanas e Sociais da  
Universidade Fernando Pessoa  
como parte dos requisitos para  
obtenção do grau de Licenciada em  
Criminologia, sob orientação da  
Professora Doutora Carla Fonte.

## Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo apresentar um projeto de investigação que pretende aprofundar o conhecimento dos fatores de risco associados à delinquência juvenil presentes na Escola Básica de Miragaia. Ambiciona-se igualmente compreender as variações dos comportamentos antissociais de acordo com variáveis como o género, a idade e a classe social dos adolescentes. Deste modo apresenta-se uma revisão da literatura sobre as diversas perspetivas teóricas que explicam o fenómeno da delinquência juvenil, bem como os fatores de risco que a literatura tem identificado.

Posteriormente, e verificando-se a necessidade de se desenvolverem novos estudos no contexto nacional, apresenta-se o *design* de um projeto de investigação quantitativa. A população alvo do presente estudo serão jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos que frequentam a EB de Miragaia. Para a recolha de dados será utilizado o questionário de Martins (2005). Os resultados obtidos permitirão identificar os fatores de risco associados à delinquência juvenil naquele contexto escolar, possibilitando a elaboração de programas de intervenção direcionados aos jovens transgressores.

Palavras-chave: Delinquência Juvenil; Comportamento Antissocial; Fatores de Risco.

## Abstract

This study's main objective is to present a research project that aims to deepen the understanding of the risk factors associated with juvenile delinquency present in "Escola Básica de Miragaia". It also aims to comprehend the anti-social behavior's variations, based on variables like gender, age and the social stratum of the teenagers. In this way we present a literature review about several theoretical perspectives that explain the juvenile delinquency phenomenon, as well as the risk factors that the literature has identified.

Subsequently, if the necessity for the development of new studies in a national context arises, it will be presented a design of a quantitative research project. The target population of this study are young people aged between 11 and 16 years old, attending "EB de Miragaia". The questionnaire adapted by Martins (2005) will be used for data collection. The obtained results will allow the identification of the risk factors associated with juvenile delinquency in that school's context, enabling the development of intervention programs directed to the young transgressors.

Key- words: Juvenile Delinquency; Anti-social Behavior; Risk Factors.

## **Agradecimentos**

Dedico este espaço às pessoas que tornaram este sonho realidade e que diretamente ou indiretamente, fizeram com que o presente projeto se concretizasse.

Aos meus pais, Carla e José, pelos ensinamentos transmitidos, pelo amor, esforço e paciência, demonstrados ao longo da minha vida e particularmente ao longo desta caminhada acadêmica.

Ao meu irmão, Rogério, pela simplicidade e amor demonstrados diariamente, pelas palavras que tanto faziam sentido, mesmo sem ele o saber.

Ao meu primo, Fábio que estará sempre comigo nos melhores e piores momentos da minha vida.

Ao Pedro, pelo amor, paciência, carinho, força e compreensão demonstrados nos momentos mais difíceis.

À Fátima, por dar um valor único e próprio à palavra amizade, sem a sua presença não era a mesma pessoa.

À Ioana, a prova genuína de que a distância não impede de se ter uma amizade como a nossa.

Ao “mano mais velho” João Nuno, por estar comigo nos momentos mais importantes da minha vida, pela amizade e ternura demonstrados.

Aos meus amigos, poucos mas essenciais, agradeço por estarem comigo nos bons e maus momentos, por me mostrarem sempre o caminho mais certo, ainda que não seja o mais fácil.

Às amizades construídas na Universidade. Aos risos e conselhos partilhados durante os três anos mais importantes da minha vida.

À Dr<sup>a</sup> Catarina Agante, por me mostrar uma realidade que jamais esquecerei. Obrigada pelas conversas e ensinamentos transmitidos que fizeram com que me tornasse uma pessoa mais consciente e com outras preocupações.

À Dr<sup>a</sup> Carla Fonte, pela disponibilidade, compreensão e paciência transmitidas até hoje. A sua ajuda foi indispensável para a concretização desta caminhada.

Cada bocadinho de vocês encontra-se neste projeto.

**OBRIGADA!**

## Índice

Introdução	1
Parte I – Revisão Teórica	3
Capítulo I – Delinquência juvenil: conceitos e perspectivas teóricas	3
1.1. Delinquência Juvenil – Definição	3
1.2. Tipos de Delinquência	7
1.3. Teorias Explicativas da Delinquência	10
Capítulo II – Fatores de risco da delinquência juvenil	18
2.1. Fatores de risco familiares	20
2.2. Fatores de risco escolares	23
2.3. A influência dos pares na delinquência juvenil	25
2.4. Prevalência da Delinquência Juvenil	27
Parte II – Estudo Empírico	32
Capítulo III – Metodologia	32
3.1. Justificação do Estudo	32
3.2. Definição dos objetivos	33
3.3. Caracterização dos Participantes	33
3.5. Variáveis em estudo	36
3.6. Procedimento	36
3.7. Resultados	37
3.8. Discussão	38
3.9. Proposta de investigação futura	40
4. Conclusão final	40
5. Bibliografia	42

## Anexos

- I. Questionário sociodemográfico
- II. Pedido de autorização à instituição de ensino
- III. Pedido de autorização aos encarregados de educação
- IV. Pedido de autorização ao autor do questionário

## **Introdução**

A delinquência juvenil surge como pilar basilar deste projeto e a escola como plano de fundo.

Definida como ambígua e multifacetada, a delinquência juvenil, é uma temática que tem vindo a ser abordada por diversas disciplinas científicas. O fato de este fenómeno estar em evidência na atual sociedade, origina a pesquisa incessante das suas causas e consequências para que seja possível intervir e prevenir ao nível dos comportamentos antissociais que têm vindo a persistir no tempo e no nível de gravidade (Negreiros, 2001; Chazal, 1981; Kazdin e Buela-Casal, 2001 e Weiner, 1995).

No que refere à realidade nacional, a delinquência juvenil apresenta-se como uma área que aporta variadas problematizações e que tem como principais enfoques: a sua caracterização e possível erradicação (Antunes, 1999 e Rosado, 2004).

Baseando-se no seu contexto de estágio e no seu interesse pelo tema, a aluna optou por escolher a delinquência juvenil como variável do seu projeto. Esta temática tem vindo a ser encarada como uma matéria bastante promissora, transversal e deveras interessante. Almeja-se que no final desta caminhada, a aluna tenha adquirido um maior conhecimento sobre o fenómeno e especificamente sobre os fatores de risco associados à delinquência juvenil que levam os alunos a enveredar por vias transgressivas.

No presente trabalho, define-se como objetivo principal analisar a atividade delinvente tendo em conta o indivíduo e os fatores de risco associados à delinquência juvenil presentes numa escola do distrito do Porto. Como objetivos específicos serão analisadas as variações dos comportamentos antissociais aplicando variáveis como o género, a idade e a classe social dos estudantes.

Relativamente à estrutura do trabalho, este está dividido em duas partes, sendo a parte I, a revisão bibliográfica desdobrando-se em dois capítulos. Por conseguinte, o capítulo II, inclui uma revisão da literatura sobre os fatores de risco individuais,

familiares e escolares/grupais bem como a prevalência da delinquência juvenil em variáveis como a idade, o género e a classe social dos jovens.

A parte II relaciona-se com o estudo empírico. Esta engloba o Capítulo III que inclui a justificação do estudo, o desenho metodológico, a definição dos objetivos, o plano de amostragem, a caracterização do instrumento utilizado, as variáveis em estudo, o procedimento de administração do instrumento, a discussão dos resultados bem como as considerações finais.

## **Parte I – Revisão Teórica**

### **Capítulo I – Delinquência juvenil: conceitos e perspectivas teóricas**

#### **1.1. Delinquência Juvenil – Definição**

“A existência de regras permite estabelecer uma fronteira entre a conformidade e a transgressão “ (Ferreira, 1997, p.915).

A delinquência não é um tipo de comportamento que date apenas da atualidade. Durante muitos séculos, as crianças não reclamavam um auxílio especial, estas eram tratadas com desapego e impiedade. Conseqüentemente, esse desinteresse por parte dos adultos originou o aparecimento de comportamentos desviantes (Ferreira, 1997). A título de exemplo, surge no ano de 2200 a.C., o Código Hamurabi. Este código atribuía determinados castigos aos adolescentes que apresentassem comportamentos transgressivos (Sprinthall e Collins, 2003). Contudo, o trato dado a essas crianças nem sempre foi baseado na desumanidade. Após a Idade Média, a criança começou a ser tratada de forma distinta, a palavra infância passou a compreender termos como o zelo, a delicadeza, a ingenuidade e, sobretudo a proteção, até atingirem a maioridade. Com o aparecimento de leis que valorizavam o bem-estar da criança, esta apercebeu-se que sempre que se cometesse um ato transgressivo, este poderia ser tolerado e até inocentado devido a não deter a mesma responsabilidade criminal de um adulto. Assim, e após a impotência demonstrada pelos controlos informais como a família, a escola e até a comunidade, surgiram várias instituições que aplicavam regras de combate à delinquência. Passaram a ser definidas normas legais que abrangiam diretamente o jovem como também foi criado o Sistema de Justiça Juvenil para aplicá-las. Desta forma, as crianças passaram a ter direitos próprios até no que toca à delinquência, adotando leis especiais diferentes dos adultos (Ferreira, 1997).

Apesar da intensificação do fenómeno, encontrar uma definição clara e exata para definir a Delinquência Juvenil não tem sido uma tarefa fácil para os investigadores. Será então mais alcançável associá-la à adolescência do que defini-la, compreendê-la ou identificar as inúmeras variáveis que a compõem (Sprinthall e Collins, 2003).

Ferreira (1997) define a delinquência juvenil como um fenómeno amplo que abarca todos os tipos de infrações cometidas durante a fase da infância/adolescência.

Com o passar dos anos, devido à existência de inúmeros estudos sobre o tema, a delinquência juvenil passou a ser caracterizada como uma forma de comportamento que aporta variadas formas de expressão que apresentam diversos modos de evolução (Negreiros, 2001, Carvalho, 2005 e Berzonsky 1981 *cit. in* Carrilho 2000). Definitivamente, a delinquência deixou de ser vista como um acontecimento estático no tempo e na atualidade, é encarada como um problema social (Negreiros, 2001, Carvalho, 2005 e Benavente, 2002).

Como argumenta Maclver:

“ Na mente popular, a delinquência juvenil é conotada, com mais frequência, como um bando de assassinos ou como um astuto ladrão, em vez de ser vista como uma criança que é indolente ou desobediente aos pais” (Maclver *cit. in* Sprinthall e Collins 2003, p. 457).

No que refere à definição do termo delinquência juvenil, este pode ser definido de duas formas distintas: juridicamente ou associada à definição de comportamento antissocial (Negreiros, 2001). Por sua vez, Pral (2007) certifica que os comportamentos desviantes podem ser diferenciados: o comportamento antissocial do comportamento delinquente. O comportamento antissocial refere-se a atos que vão contra as normas instituídas mas que podem não ser encarados como crime, já o comportamento delinquente envolve diretamente o contato com os tribunais. Por sua vez, Agra sugere a utilização do termo comportamento desviante ao invés de delinquência. Este visualiza a fase da adolescência como um período onde os jovens adotam atitudes e

comportamentos próprios daquela fase e designá-los como delinquentes é excessivo (Agra 1986 *cit. in* Matos *et al.* 2009).

Como referido anteriormente, a delinquência juvenil passou a ser um fenómeno com definições legais especiais que envolvia diretamente um contato oficial com os tribunais (Negreiros, 2001).

Ainda assim, esta definição não termina por aí, e, para que se possa abordar o fenómeno globalmente, é necessário descrever as diferentes perspetivas que esta definição pode assumir, sendo elas: perspetiva social, jurídico-legal e psicopatológica.

#### **a) Perspetiva Social da Delinquência Juvenil**

Definir delinquência juvenil, seguindo uma perspetiva social, significa considerar todos os comportamentos que não são aceites pela sociedade, estando ou não tipificados na lei, como atos transgressivos (Carrilho, 2000).

Para a sociologia, o fenómeno da delinquência consiste na transgressão de normas instituídas, válidas e partilhadas por todos na sociedade (Cohen 1955 *cit. in* Carrilho 2000 e Kazdin e Buela- Casal, 2001).

Benavente (2002) aponta duas teorias para explicar a perspetiva sociológica da delinquência juvenil. Estas assentam em dois modelos: o do controlo social e o da identidade/subcultura. O modelo do controlo social considera que para haver delinquência juvenil é necessário que se verifique uma quebra no controlo social e na autoridade. Por outro lado, o modelo da identidade verifica que a delinquência surge como resposta aos problemas com que os jovens se deparam aquando a construção das suas identidades (apresentam uma maior pretensão para serem independentes e autónomos).

#### **b) Perspetiva Jurídico-Legal da Delinquência Juvenil**

“ Designamos por crime todo o ato punido (...) ” (Durkheim *cit. in* Cusson 2007, p. 16). Segundo Sprinthall e Collins (2003, p. 459) “ (...) cerca de 90% dos

adolescentes praticam na realidade atos pelos quais poderiam ser alvo de um julgamento judicial (...) “.

Seguindo uma perspectiva jurídico - legal, a delinquência juvenil pode ser definida através do contato oficial com as instâncias judiciais (Carrilho, 2000, Negreiros, 2001 e Ferreira, 1997). Assim sendo, esta definição engloba comportamentos que podem ser sancionados penalmente (Negreiros, 2001).

Carrilho (2000) e Ferreira (1997) definem o fenómeno como um conceito muito vago, incerto e variável. Para os autores, determinados atos não deveriam ser sancionados penalmente. Alguns comportamentos tidos pelos jovens não desafiam qualquer tipo de valores, nem constituem ameaças, apresentam uma gravidade tão pequena que até chegam a ser considerados triviais (Berzonsky 1981 *cit. in* Carrilho 2000 e Ferreira, 1997). São comportamentos manifestados apenas durante a fase da adolescência, considerados momentâneos (Ferreira, 1997). Carrilho (2000, p.36) remata: “Existe uma diferença óbvia entre o adolescente que cria problemas na escola, que tem um elevado absentismo, e aquele que rouba ou mata”. Consequentemente, inúmeros comportamentos de menor gravidade poderão ser associados à criminalidade real e violenta existente no país sem qualquer tipo de necessidade (Carrilho, 2000).

### **c) Perspetiva Psicopatológica da Delinquência Juvenil**

No que refere à perspetiva psicopatológica,

“ O interesse no desenvolvimento dos critérios de diagnóstico da perturbação de comportamento reside na compreensão dos padrões de funcionamento como emergem, a sua evolução e como podem ser tratados e prevenidos” (Carrilho, 2000, p. 48).

No âmbito da perspetiva psicopatológica, a delinquência juvenil é frequentemente associada à perturbação de comportamento (Negreiros, 2001).

Deste modo, Cox (*cit. in* Matos *et al.* 2009) considera que os crimes mais graves são cometidos por adolescentes que apresentam algum tipo de perturbação do comportamento (Matos *et al.*, 2009). Assim, torna-se necessário que se tenham em

consideração “ (...) critérios como a regularidade, a frequência e a continuidade de determinados tipos de conduta anti-social (...) “ (Carrilho, 2000, p. 41).

De salientar que esta perspectiva apenas se aplica quando os comportamentos antissociais apresentados pelo jovem são exagerados, constantes que interferem diretamente e negativamente na sua vida e ultrapassam a fase da adolescência. Neste caso, o indivíduo apresenta condutas que são caracterizadas por episódios de oposição e conflitos constantes (fugas, agressões a pessoas e animais, violação das regras instituídas, destruição de propriedade, falsificação de documentos, crueldade) chegando mesmo a concretizar roubos. Estes comportamentos podem estender-se a diversas circunstâncias da vida do adolescente como a escola, o seu grupo de pares ou a família (Negreiros, 2001 e Carrilho, 2000).

Para que se compreenda melhor, 2% a 10% é a taxa de prevalência de crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 18 anos, que apresentam algum tipo de perturbação do comportamento (Kazdin *cit. in* Negreiros 2001).

Em jeito de conclusão, Carvalho (2005) caracteriza a delinquência juvenil como um problema social. Na verdade, sempre que se etiqueta alguém como delinquente, são postas em causa condições que abalam tanto o sujeito como a sociedade. No que toca à realidade nacional, o autor argumenta que a inexistência de informação oficial, leva a que a sociedade não entenda a emergência do fenómeno.

## **1.2. Tipos de Delinquência**

### **a) Delinquência individual *versus* Delinquência em grupo**

Ao longo da fase da adolescência é notável a intervenção dos pares quando as suas pretensões são assimilar novas normas e condutas, nunca descobertas até então. É um fato que com estes novos processos de aprendizagem, o sujeito aprende a construir a sua identidade pessoal. Deste modo, o grupo tende a encontrar-se em meios propícios à sua socialização (rua, bairros, recreios das escolas, campos de futebol). Consequentemente, a influência dos pares pode ter um lado positivo ou negativo

durante esta etapa da vida do adolescente. Se os tipos de bandos e a sua estrutura favorecerem a delinquência então a probabilidade de estes desenvolverem carreiras criminais surge (Negreiros, 2001 e Born, 2005).

“ Será que é o grupo que provoca a delinquência, ou são os indivíduos já delinquentes que se reúnem em bandos?” (Fillieule 2001 *cit. in* Sampaio 2010).

De acordo com Fillieule existem três teorias que respondem a esta questão. Fala-se então das teorias (i) multifactoriais (que asseguram a presença simultânea de duas relações causais), das (ii) culturalistas (afirmam a influência causal do grupo) e das de (iii) controlo (os grupos delinquentes são constituídos por indivíduos que se encontram envolvidos na delinquência) (Negreiros, 2001 e Born, 2005). Por outro lado, Reiss e Farrington, defendiam que quanto mais velhos são os delinquentes, menos estes atuam em grupo porque a probabilidade de serem apreendidos aumenta (Negreiros, 2001 e Born, 2005).

A Teoria da Associação Diferencial, de Sutherland, certificava que os delinquentes se juntavam porque compartilhavam certas normas de conduta que eram reforçadas pelos mesmos. Deste modo, os indivíduos que partilhavam a mesma cultura e o mesmo processo de socialização tinham tendência para fortalecer os seus comportamentos consoante os valores vinculados no grupo. Segundo o autor, o comportamento é aprendido por imitação, isto é, um indivíduo adota valores e hábitos comportamentais que o permitem adquirir técnicas para a realização dos delitos, das atitudes ou motivações (Cusson, 2007).

No que toca à Teoria da Tensão (procedente da Escola de Chicago) os comportamentos delinquentes surgiam através da utilização de meios ilícitos para atingir determinados objetivos, tais como a posse, o conforto, o bem-estar ou o prestígio. Sintetizadamente, esta teoria explicava a delinquência através de relações sociais negativas, pois eram estas relações que causavam vários estados emocionais como a tensão, a ira e a frustração, e que levavam o sujeito a cometer delitos (Cusson, 2007 e Dias e Andrade, 1997).

Por outro lado, Cloward e Ohlin, juntaram a Teoria da Associação Diferencial com o conceito de anomia (ausência de normas) e chegaram à conclusão que os indivíduos menos favorecidos possuíam determinados desejos que não podiam realizar. Assim, estes sentiam-se frustrados por concluírem que estavam perante uma desigualdade entre as classes sociais, recorrendo a meios anti normativos para atingirem a igualdade e alcançarem a satisfação imediata (Cusson, 2007).

No que concerne à Teoria da Deriva proposta por Matza, em 1964, esta desenvolve a possibilidade de escolha dos indivíduos face aos comportamentos que estes adotam. Esta teoria considera que os jovens tentam satisfazer os seus desejos através de uma subcultura autónoma que pode conduzir a ações ilícitas, isto é, o delinquente encara fatos litigiosos de modo a garantir um estatuto e uma identidade no grupo (Born, 2005 e Negreiros, 2001).

Resumindo, a delinquência em grupo é então a tendência do ser humano se posicionar em relação aos seus pares e ser aceite por eles. Durante a adolescência, o jovem tem tendência para substituir os pais pelos amigos. Este elege os seus próprios valores e comportamentos, de forma a gerir a sua reputação e fazendo com que a delinquência seja um meio de reconhecimento e prestígio (Born, 2005 e Negreiros, 2001).

#### **b) Delinquência limitada à adolescência *versus* Delinquência de carreira**

Distingue-se como um fator extremamente importante a idade de entrada dos jovens na carreira delinvente. Evidencie-se que muitas das carreiras delinquentes podem iniciar-se na infância ainda que, na maioria dos casos, surjam na adolescência (Born, 2005). Assim, Moffit (1993) optou por categorizar as carreiras delinquentes em duas tipologias, distinguindo os delinquentes limitados à adolescência dos delinquentes de carreira ou persistente (Born, 2005 e Matos *et. al.*, 2009).

No que refere à delinquência limitada à adolescência, esta inicia-se normalmente antes dos 11-12 anos. Os objetivos deste jovens passam pela obtenção de ganhos materiais, estatuto, protagonismo e/ ou o desejo de fazer parte de um grupo. Estes

comportamentos tendem a verificar-se por volta dos 14-15 anos de idade (Born, 2005 e Matos *et. al.*, 2009). Segundo Negreiros (2001) este padrão de delinquência não se prolonga para a idade adulta, é meramente temporário. Tal tipo de manifestação pode explicar-se através do fato de o adolescente pretender “ (...) superar um desfasamento entre a maturidade biológica e a maturidade social” (Negreiros, 2001 p. 104).

O padrão delinquência persistente inicia-se precocemente. É comum o indivíduo apresentar perturbações comportamentais ou uma certa delinquência durante a infância bem como problemas de aprendizagem, défices de vinculação nas relações com os seus pais e outros familiares. Desta forma, o indivíduo optará por associar-se a pares delinquentes e assim manter atividades anti normativas durante a sua vida adulta. Este tipo de delinquentes constitui 5% a 10% da população masculina (Born, 2005).

### **1.3. Teorias Explicativas da Delinquência**

“ Todos os delitos supõem uma transgressão” (Ambrosi *cit in.* Pral 2007, p.28).

É inegável o interesse que inúmeros investigadores demonstram quando o assunto é comportamento delincente. Ao longo dos séculos, várias foram as conceções por estes apresentadas, complexas e algumas delas ultrapassadas devido à produção de novas teorias e modelos explicativos. De fato, cada teoria por mais antiga que seja é importante, na medida em que explica as inúmeras causas que estão associadas ao fenómeno da delinquência juvenil (Carrilho, 2000).

Como referido anteriormente, a delinquência pode ser explicada através de duas formas, poderá seguir-se uma perspetiva legal ou então, optar por uma perspetiva não legal, podendo esta ser psicológica, biológica ou sociológica.

No que concerne à perspetiva legal, surge a Escola Clássica da Criminologia, esta data da primeira metade do séc. XVIII e é também designada de Antigo Regime. O Antigo Regime considerava o delincente como um ser humano, igual a tantos outros, responsável e livre. Assim, todos os crimes que este cometesse seriam proporcionais ao

castigo aplicado visto que, durante o cometimento da infração, este teria completa consciência do seu feito (Carrilho, 2000; Cusson, 2007).

Já na segunda metade do séc. XVIII devido a influências de filósofos como Montesquieu, Beccaria ou Bentham as concepções sobre o criminoso e o delito alteram-se. Estes passaram a apoiar-se em marcos como “ (...) as finalidades das incriminações e das penas, a gravidade dos delitos, a dissuasão e a proporcionalidade.” (Cusson, 2007, p. 46).

No séc. XIX surge mais um movimento, desta vez mais teórico e visionário denominado de positivista e que assenta em pressupostos como o empirismo, o determinismo assim como o tratamento do delinquente. Este movimento tem como celebridade principal, Cesare Lombroso, considerado o pai da Criminologia (Cusson, 2007).

A partir do séc. XX são as teorias sociológicas e psicológicas que estão no centro dos ensaios sobre a delinquência juvenil. Desta forma, o positivismo cai em desuso e é a criminologia clínica que se institui, adotando um objeto de estudo mais abrangente. Esse leque de estudo inclui investigações em diversos temas como a desviância, a etiquetagem, os *gangs*, entre outros (Carrilho, 2000 e Cusson, 2007).

Por conseguinte, o conceito de delinquência juvenil vai ganhando novas teorizações e novos objetos de estudo. Com o passar dos séculos, este conceito dinâmico e que abarca múltiplas dimensões vai-se adaptando e facilitando a compreensão da atividade transgressiva (Carrilho, 2000). Evoluídos no tempo, os teóricos começam a valorizar para além do indivíduo, o seu meio social e todas as relações criadas. Assim, são postas um pouco de parte as abordagens deterministas e puramente biológicas e começam a valorizar-se as abordagens interacionistas (Fonseca, 2010).

De seguida, serão apresentadas algumas teorias que abordam os principais fatores explicativos, sendo eles: biológicos, psicológicos e sociológicos do crime.

### **a) Perspetivas Biológicas**

Seguindo a linha de pensamento das perspetivas biológicas, o fenómeno criminal é explicado através de teorias que remetem para os fatores biológicos do indivíduo (anatomia, fisiologia e características antropológicas) (Agra e Matos, 1997; Pral, 2007 e Fonseca, 2010).

Muitas têm sido as explicações para os comportamentos delinquentes. Enquadrando nestas teorias o estudioso, Henry Goddard, afirmava que a delinquência apenas provinha de pessoas que apresentavam níveis de inteligência diminutos. Ou seja, estas pessoas eram vistas como doentes mentais (Sprinthall e Collins, 2003).

Adotando uma perspetiva Bioantropológica, Cesare Lombroso, afirmava que todos os criminosos eram pessoas muito primitivas, que não tinham finalizado o seu processo de desenvolvimento. E, por isso mesmo, apresentavam traços psicológicos e características físicas distintas tais como: uma assimetria na face ou na cabeça, orelhas demasiado grandes e salientes, lábios carnudos, queixo recuado, nariz torcido, testa pequena e longa, braços longos, maxilares largos, entre outras. Lombroso, admitia ainda, que o homem que apresentasse mais de 5 das características supracitadas tinha nascido criminoso – criminoso nato, atávico (Sprinthall e Collins, 2003; Akers e Sellers, 2009; Cusson, 2007 e Fonseca, 2010)

Segundo Lombroso (1876), a fisionomia dos criminosos alterava conforme os crimes cometidos. Para este estudioso, um homicida teria características distintas de um ladrão, por exemplo (Cusson, 2007). O estudo de Ernest Hooton que compreendeu 13.000 reclusos veio confirmar a teoria de Lombroso de que o criminoso era considerado um ser inferior quer fisicamente quer psicologicamente e aparentemente de fácil reconhecimento (Dias e Andrade, 1997).

Garófalo, atento seguidor e discípulo da doutrina Lombrosiana, direciona-se para as características do criminoso não anatómicas mas sim psicológicas/morais. Este considerava que o criminoso possuía anomalias psicológicas e morais que faria com que estes indivíduos cometessem crimes. Este arremete para a Criminologia dois conceitos que distinguem o criminoso do não criminoso: a temibilidade (capacidade ou tendência

para o crime) e a adaptabilidade (adaptação às normas sociais). Segundo o autor, caso o sujeito apresentasse um nível alto de temibilidade e um nível baixo de adaptabilidade, apresentaria níveis elevados de perigosidade (Manita, 1997).

Por sua vez, Ferri, ajusta as suas teorias biológicas sobre o criminoso e acrescenta o meio social onde este está inserido às suas novas teorizações (Manita, 1997).

Nos sécs. XIX e XX, as concepções positivistas foram tidas sempre em conta por consagrados investigadores como Lombroso, Garófalo ou Ferri e criticadas por outros como Goring, Tarde ou Pinatel. Por mais ultrapassadas, especulativas, deterministas ou redutoras, a verdade é que foram estas teorias que originaram novas concepções do crime mais empiristas como as teorias psicológicas e sociais (Cusson, 2007 e Manita, 1997).

#### **b) Perspetivas Psicológicas**

No que concerne às explicações psicológicas, as teorias apresentadas estudam principalmente a personalidade do delinvente, a sua formação e os traços que a caracterizam (Agra e Matos, 1997).

Pinatel (1963) aponta a existência de conjugações particulares de traços de personalidade que estão agrupados de uma forma específica e que definem a “personalidade criminal” determinada pelo comportamento do delinvente. Assim, esta “personalidade criminal” seria definida através de traços psicológicos agrupados num nó central e em variantes (Teoria do Nó Central). Esse nó central englobaria traços de agressividade, egocentrismo, labilidade e indiferença afetiva. Estes traços seriam então responsáveis pela passagem ao ato e teriam de estar todos presentes para ocorrer o crime. As variantes, por sua vez, seriam fatores de temperamento, aptidões físicas, intelectuais e profissionais, entre outras que seriam responsáveis pelas diferentes modalidades dos atos (Agra e Matos, 1997; Cusson, 2007; Fonseca, 2010 e Manita, 1997). De acordo com os autores, “ características de personalidade como a impulsividade, a falta de controlo ou a hiperatividade, distinguem o comportamento delinvente do não delinvente” (Tremblay *et al.* 1992 *cit in.* Carrilho 2000,p.158).

Por seu turno, Le Blanc e Fréchette, examinam a personalidade do criminoso e chegam à conclusão de que a existência de traços como o enraizamento criminal (inserção do sujeito na vida criminal), a dissociabilidade perdurável (dissolução dos laços afetivos) e o egocentrismo exacerbado poderão estar na origem da criação de diversos tipos de personalidades delinquentes (Manita, 1997).

Segundo Eysenck, a personalidade é formada através de três fatores principais: o neuroticismo, a extroversão e o psicoticismo. Deste modo, o comportamento criminal é aprendido e resulta de uma conjugação entre os fatores sociais e as características hereditárias apresentadas pelo sujeito (Fonseca, 2010). De acordo com a autora, traços de personalidade como “ (...) tendências neuróticas, agressividade e traços psicopatas” conjugados com o meio onde o sujeito está inserido, determinam as condutas transgressivas apresentadas por este (Carrilho, 2000, p.165).

Por outro lado, Bandura e Walters (1976) avaliaram a agressividade na adolescência e consideraram que este traço de personalidade surgiria como resposta a situações de desapontamento e frustração. Assim, a rejeição parental, a falta de afeto, a ausência física e/ou emocional dos pais ou as práticas parentais desajustadas poderiam ser consideradas como verdadeiras justificações para se desenvolverem excessivos níveis de agressividade. Nestes casos, os adolescentes entendiam essas atitudes tidas pelos pais como rejeições, vitimizandose e optando por trajetórias anti normativas como alívio e consolação (Carrilho, 2000). Por outro lado, Bolwby (1969) considera que o fato de o sujeito ser privado do contato com a sua figura materna, durante os seus primeiros anos de vida, poderia fazer com que este optasse pela via delinquente e visualizasse esses comportamentos como uma defesa dessa perda (Carrilho, 2000).

No que concerne às teorias psicológicas, os autores supracitados defendem comumente a existência de uma “ personalidade criminal”. De fato, é notável a existência de diversos traços psicológicos existentes no sujeito que determinam os atos transgressivos apresentados pelo mesmo. Ainda assim, cada autor forma os seus próprios traços, o que originará variadas teorias e pontos de vista distintos que ocasionará, certamente, impressões duvidosas e imprecisas, produzindo naturalmente críticas por parte de outros teóricos (Manita, 1997).

Carrilho (2000) encara a delinquência juvenil como um fenómeno ágil ou seja, ainda que sejam visíveis diferenças ao nível da personalidade dos adolescentes, não é correto determinar características passíveis de serem de um adolescente criminoso. Conjecturas como a formação da personalidade, as experiências do adolescente, os mecanismos de vinculação ou o progresso moral são pontos essenciais quando se pretende conhecer o sujeito e as suas trajetórias delinquentes.

### **c) Perspetivas Sociológicas**

As abordagens sociológicas do crime pretendem explicar a origem da criminalidade através de fatores económicos, ambientais, sociais e culturais. Almeja igualmente, compreender os processos que estão ligados à construção social do fenómeno criminal (Agra e Matos, 1997).

De acordo com a teoria da anomia de Merton (1938), os comportamentos delinquentes emergem devido às pressões sociais que se fazem sentir no sujeito. Deste modo, quando o sujeito percebe que não lhe é possível adquirir o que pretende por meios legais, este elege a via criminal para o fazer (Carrilho 2000).

No que concerne à Teoria da Desorganização Social, os autores explicam a delinquência através da existência das causas sociais da delinquência presentes em áreas geográficas específicas como a pobreza e a exclusão social (Shaw e McKay 1942 *cit. in* Carrilho 2000). De acordo com os autores, a desorganização social e a anomia (ausência de normas) passaram a ser termos que designavam perfeitamente a delinquência (Carrilho, 2000).

Baseados na teoria da Anomia de Merton, os teóricos Cloward e Ohlin, concebem a Teoria da Diferença de Oportunidade. Estes optaram por criar uma teoria que se baseasse nas oportunidades ilegítimas apresentadas pelas classes desfavorecidas. Partindo do pressuposto que as classes baixas não têm a mesma oportunidade das classes médias de se envolverem em atividades legítimas que as conduzam ao sucesso, estas optariam por participar em atividades desviantes para obterem o desejado (Cloward e Ohlin *cit. in* Carrilho 2000). Concretizando, “ o envolvimento em atividades

desviantes depende, assim, do acesso que se possa ter à oportunidade ilegítima (Cloward e Ohlin *cit. in* Carrilho, 2000, p. 85).

Segundo a Teoria da Associação Diferencial de Sutherland, o adolescente aprende a globalidade dos seus comportamentos com a família e posteriormente com os seus pares (Carrilho, 2000). Sutherland (1939) optou por explicar o processo pelo qual o indivíduo passa até se tornar delincente. O autor atesta:

“ O comportamento criminal é aprendido através de trocas interpessoais que permitem ao indivíduo adquirir técnicas de execução dos delitos, atitudes, racionalizações e motivações” (Sutherland *cit. in* Cusson, 2007 p. 89).

Desta forma, uma criança tenderá a imitar os modelos disponíveis e usará a violência contra os outros se foi este o comportamento que aprendeu sobre a forma de relacionamento (Bandura 1986 *cit in*. Matos *et al.* 2009). Esta teoria sustenta ainda que, quanto maior for a associação a ideias criminosas apresentadas pelo sujeito, mais este se torna vulnerável à possibilidade de poder vir a cometer um crime (Carrilho, 2000). Por outro lado, o contato com o mundo criminal não é suficiente para o sujeito se tornar criminoso. Este quando opta pela via criminal, em primeiro lugar, tem de se identificar com os ideais do grupo e só posteriormente, quando as suas ideias criminosas forem superiores às ideias não criminosas, é que este poderá cometer atos desviantes (Carrilho, 2000).

Walter Reckless (*cit. in* Dias e Andrade 1997) no decorrer das suas investigações chegou à conclusão que existiam forças designadas como controlo externo e interno que impeliam os adolescentes de cometerem atos transgressivos. O controlo externo baseava-se nas pressões que o adolescente sofria para ter comportamentos que se conformavam com as normas instituídas (sentimento de pertença à comunidade ou forte coesão do grupo em que está inserido, por exemplo). Por sua vez, o controlo interno, parte do indivíduo e da sua própria consciência e fundase em cinco qualidades: autoconceito positivo, orientação para objetivos, tolerância à frustração, realismo nos objetivos e conformação com as regras morais e legais vigentes (Dias e Andrade, 1997).

Hirschi (1969) propõe a análise dos laços que o indivíduo mantém com o seu ambiente social (Teoria do Vínculo Social) (Dias e Andrade, 1997; Carrilho, 2000 e Born, 2005). Seguindo a linha de pensamento do autor para que o indivíduo não cometa atos transgressivos, este teria de possuir laços sociais bastante sólidos que o unissem à sociedade. A família, a escola bem como o envolvimento em atividades convencionais aumentariam a probabilidade de este optar por uma carreira normativa (Dias e Andrade, 1997; Carrilho, 2000 e Born, 2005). Adequando a teoria à delinquência juvenil, é a ausência de forças de controlo como a vinculação, que fazem com que os adolescentes optem pela via criminal (Dias e Andrade, 1997; Carrilho, 2000 e Born, 2005). Hirschi (1969) distingue quatro componentes do laço social: a vinculação (ligação psicológica e emocional e preocupação com os outros), o empenhamento (investimentos acumulados em conformidade com as regras convencionais versus prejuízos e custos de este se associar ao crime), o investimento (energia e tempo despendidos numa vida convencional) e as crenças (aceitação das normas convencionais vigentes e respeito merecido pelos outros) (Dias e Andrade, 1997; Carrilho, 2000 e Born, 2005).

Deste modo, o conceito de delinquência juvenil vai ganhando novas teorizações e novos objetos de estudo. Evidencie-se que com o passar dos séculos e sendo um conceito dinâmico que abarca múltiplas dimensões, é natural que este se vá adaptando por si e assim facilite a compreensão da atividade transgressiva (Carrilho, 2000). Evoluídos no tempo, os teóricos começaram a valorizar para além do indivíduo, o seu meio social e todas as relações criadas. Assim, são postas um pouco de parte as abordagens deterministas e puramente biológicas e começam a valorizar-se as abordagens interacionistas. (Fonseca, 2010). É através da evolução das teorias que se começam a valorizar diversas abordagens que interagem entre si e que têm como cerne a escola, a família, o grupo de amigos e até a comunidade. Assim sendo, o próximo capítulo aborda inúmeros fatores de risco que podem interagir entre si e originar inúmeros comportamentos antissociais.

## Capítulo II – Fatores de risco da delinquência juvenil

No presente capítulo pretende-se identificar os fatores de risco associados ao fenómeno da delinquência juvenil apontados pela literatura como potenciadores de condutas desviantes.

Farrington (2001) encara os fatores de risco como uma das estratégias mais importantes para detetar e prevenir fenómenos como o da delinquência juvenil. Segundo Matos *et al.* (2009) os fatores de risco traduzem-se em fatores que levam o jovem a enveredar por condutas transgressivas

Webster-Stratton (*cit. in* Gallo e Williams 2005, p. 83) atestam:

“Os fatores de risco são condições ou variáveis que estão associadas à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis ao desenvolvimento humano, sendo que dentre tais fatores encontram-se os comportamentos que podem comprometer a saúde, o bem-estar ou o desempenho social do indivíduo.”

Por outras palavras, os fatores de risco associam-se facilmente aos adolescentes e são indicadores que levam o jovem a envolver-se e a desenvolver novas condutas criminais (Barata, 2006). Saliente-se que estes indicadores podem derivar da sua própria personalidade ou de meios sociais onde este se movimenta (Pral, 2007). Hawkins *et al.* (*cit. in* Barata 2006) definem as influências familiares, escolares, grupais e individuais como os fatores que mais operam na relação da adolescência com a delinquência.

Farrington (2001) acusa a impulsividade, os baixos resultados académicos, a reduzida supervisão parental, pais criminosos ou o nível socioeconómico baixo como fortes preditores da carreira delinvente. De acordo com Kazdin e Buela - Casal (1995) a complexidade das relações entre os fatores de risco é um dos principais problemas quando se pretende identificá-los individualmente. Quando os fatores de risco não estão agrupados isto é, quando inúmeros fatores concorrem num só sujeito como por exemplo, família numerosa, baixo nível de rendimento e escassa supervisão dos pais, estes tendem a acumular-se e torna-se difícil perceber os contributos de cada um no sujeito. Tome-se como exemplo a existência do fator de risco baixo desempenho académico que poderá acumular-se a fatores de risco como o absentismo escolar e o abandono escolar, que posteriormente poderá originar a adoção de condutas

antissociais. Carrol *et al.* (*cit. in* Vale 2011) e Matos *et al.* (2009) comprovam a teoria supracitada e afirmam que os jovens que apresentam inúmeros fatores de risco, manifestam igualmente maior probabilidade de enveredarem por condutas desviantes.

Deste modo, afigura-se necessário não só referir os fatores de risco individuais como também os fatores de risco que se consideram importantes e que interagem entre si, influenciando o jovem.

Carrol *et al.* (*cit. in* Vale 2011) sugerem cinco classes para englobar os fatores de risco, sendo elas: individuais, familiares, grupais, escolares e comunitários. Por sua vez, Loeber e Farrington (*cit. in* Pral 2007) servem-se dos mesmos fatores mas optam por agregar os fatores de risco relativos aos pares com os escolares.

No presente trabalho será dada uma maior ênfase aos fatores de risco individuais, familiares e escolares/grupais. A literatura tende a identificar estas variáveis como estando diretamente associadas às condutas antissociais tidos pelos adolescentes (Kazdin e Buela- Casal, 2001 e Ferreira, 1997).

No que diz respeito aos fatores de risco individuais, importa referir que estes são intrínsecos ao sujeito e responsáveis pela adoção de comportamentos desviantes (Vale, 2011). A literatura tem apontado como frequentemente associados ao fenómeno da delinquência juvenil, fatores como: (i) baixa auto-estima; (ii) baixa motivação; (iii) impulsividade; (iv) hiperatividade; (v) isolamento social; (vi) agressividade; (vii) o uso/abuso de substâncias; (viii) absentismo escolar; (ix) expulsões e suspensões escolares; (x) comportamento antissocial precoce; (xi) baixa inteligência; (xii) pouco vínculo com a família; (xiii) poucas competências sociais; (xiv) baixo rendimento académico e intelectual; (xv) comportamentos ofensivos; (xvi) temperamento; (xvii) procura de sensações; entre outros (Carroll *et al.* 2009 *cit. in* Vale 2011; Kazdin e Buela- Casal, 2001; Matos *et al.*, 2009).

Como referido anteriormente, os fatores de risco podem agrupar-se por diversas classes. No presente trabalho e tendo em conta que se pretendem estudar jovens de um determinado estabelecimento de ensino, é necessário abordar não só os fatores individuais como também fatores exteriores que os podem influenciar, levando-os a

enveredar por condutas desviantes. Assim, a família, a escola e os pares têm um papel fundamental na construção e formação do jovem.

## **2.1. Fatores de risco familiares**

O sistema familiar reveste-se de uma importância extrema na construção da identidade da criança (Ferreira, 1997 e Matos *et al.*, 2009). Para que se compreenda a relação da família com a delinquência juvenil, é importante definir o conceito de família e só depois associá-la ao fenómeno. Segundo Born (2005, p. 74):

“ Uma família é essencialmente um lugar de comunicação, de trocas afectivas entre pessoas, da mesma geração ou não, que vivem sob o mesmo tecto “ (Born, 2005, p. 74).

Já Dessen e Braz (2005 *cit. in* Vale 2011, p. 15) argumentam:

“ (...) Um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano, que por sua vez é um processo em constante transformação, sendo multideterminado por factores do próprio individuo e por aspectos mais amplos do contexto social no qual estão inseridos”.

Martins (2005) afirma que a família e os comportamentos adotados por esta têm vindo a ser associados ao fenómeno da delinquência juvenil. Assim, abordar a delinquência juvenil sem estabelecer uma relação com a família é como não associar a uma escola, os alunos que nela estudam. Esta variável tem um impacto direto e necessário no fenómeno da delinquência juvenil. Tal como refere Mirón (*cit. in* Martins 2005) a família tem um papel preponderante no desenvolvimento do jovem bem como na temática da delinquência juvenil.

Em primeiro lugar, importa definir o conceito de família associado ao fenómeno delincente. Born (2005, p. 74) certifica:

“ A família está necessariamente implicada na compreensão da delinquência enquanto cadinho onde esta delinquência nasceu ou enquanto lugar de interações relacionadas com as condutas delinquentes de um ou de vários dos seus membros.”

Martins (2005, p.107) argumenta:

“ De um modo geral poder-se-á dizer então, que a família surge como uma variável que vai incidir sobre o comportamento desviante, surgindo como o grupo de referência primeiro, o qual vai transmitir ao sujeito um conjunto de normas e valores, para além de modelos de comportamento”.

No que refere aos fatores de risco presentes no seio familiar, estes englobam as relações mantidas no seio familiar e a forma como estas famílias encaram as adversidades (Vale, 2011). Como fatores familiares, a literatura aponta (i) a existência de estruturas familiares desestruturadas; (ii) tamanho da família; (iii) separação da família; (iv) relações conflituosas; (v) abuso na infância, negligência ou violência familiar; (vi) exposição a comportamentos desviantes; (vii) desorganização familiar; (viii) baixo rendimento dos pais; (ix) baixa escolaridade dos pais; (x) desemprego dos pais; (xi) falta de limites e regras estabelecidas; (xii) casamentos dissolvidos e disputas conjugais; (xiii) casamento precoce; (xiv) desinteresse pelo desempenho escolar dos filhos; (xv) falta de participação da família em atividades recreativas; (xvi) baixos níveis de afeto familiar; (xvii) castigos corporais extremos; (xviii) estratégias parentais inconsistentes e autoritárias; (xix) deficiente supervisão das atividades dos filhos; (xx) recurso a comportamentos coercivos são fatores que poderão aumentar a probabilidade de adotar condutas delinquentes (Velez, 2011; Carrol *et al. cit. in* Vale 2011; Farrington, 2011; Kazdin e Buela- Casal, 1995 e Matos *et al.*, 2009).

Posto isto, considera-se igualmente pertinente abordar os estudos de referência de Sheldon e Eleanor Glueck. Estes agrupam resultados deveras interessantes na estrutura familiar e que ajudam a compreender melhor os fatores de risco supracitados (Born, 2005 e Martins, 2005).

Segundo os Glueck, a família pode ser agrupada em variadas categorias, sendo que no presente trabalho só importa analisar os resultados destes teóricos ao nível da (i) estabilidade de residência; (ii) qualidade do *habitat*; (iii) situação económica; (iv)

qualidade de vida familiar; (v) relações familiares e (vi) disciplina. Estes resultados permitirão identificar os fatores de risco familiares apontados pela literatura existente (Born, 2005).

No que toca à variável estabilidade de residência, as famílias delinquentes apresentam uma maior instabilidade residencial, mudando frequentemente de habitação. Tal é explicado pela insuficiência económica evidenciada por estas. Relativamente à qualidade do *habitat*, este tende a ser de nível baixo para as famílias delinquentes, apresentando poucas instalações sanitárias e pouca higiene. Saliente-se que as famílias delinquentes apresentam igualmente uma extrema dependência de organismos estaduais como a Segurança Social bem como instabilidades ao nível laboral, não exibindo empregos fixos. Por sua vez, a qualidade de vida familiar nas famílias delinquentes é irregular, não tende a obedecer a critérios de tempo e o estilo de vida é desorganizado. No que concerne à qualidade das relações familiares, as famílias delinquentes são imperfeitas, os pais tendem a adotar comportamentos como a indiferença ou a rejeição dos seus filhos, não se importando minimamente com a prática de condutas morais e recreativas para melhorar essas mesmas relações. No que toca à disciplina nas famílias delinquentes essa quase não existe, as crianças são muitas vezes negligenciadas e o estilo educativo baseia-se na severidade dos atos (castigo físico) (Born, 2005). Seguindo esta linha de pensamento, será ainda importante abordar o tamanho da família como uma das variáveis que explica a delinquência juvenil.

Relativamente à estrutura da família, inúmeras reformulações têm sido feitas e a associação tamanho – delinquência juvenil tem sido direta (Martins, 2005). Martins atesta a existência de três variáveis que relacionam o tamanho da família com a probabilidade de os adolescentes cometerem atos desviantes, sendo elas: (i) a classe social (as famílias numerosas apresentam baixos recursos económicos); (ii) probabilidade de um dos irmãos desenvolver condutas desviantes e os outros aprenderem; (iii) a inexistência da coesão familiar. Estas variáveis poderão produzir nos pais comportamentos como a negligência e a presença de relações afetivas pobres (Martins, 2005).

No que concerne à família desestruturada, sabe-se que a família contemporânea vai cada vez mais perdendo a sua formação única, dando lugar ao desenvolvimento de

famílias monoparentais, famílias recompostas ou casais homossexuais (Martins, 2005). Como refere a literatura, a existência de famílias desestruturadas e a presença de problemas de identificação do próprio jovem com as suas figuras parentais poderá conduzir ao desenvolvimento de distúrbios de comportamento (Barata, 2006). Os estudos desenvolvidos em Portugal por Borrelli (1995 *cit. in* Barata 2006) apontam que: (i) a maioria das crianças de rua pertence ao sexo masculino; (ii) são provenientes de Portugal e algumas de países como Angola, Guiné, Cabo Verde; (iii) tiveram um rompimento nas relações com as famílias. Esse rompimento poderá ser explicado por situações de maus-tratos, abandono, dificuldades financeiras, ambiente social disfuncional (divórcios, prisão, desemprego, alcoolismo) (Barata, 2006). Deste modo, a família assume uma importância basilar para o jovem. O seio familiar é constituído por pessoas de confiança do jovem e é onde este tende a aprender e imitar os comportamentos que vê, sendo eles normativos ou não. A seguir à família, a escola, é igualmente responsável pela construção da personalidade do jovem.

## **2.2. Fatores de risco escolares**

“A entrada da criança para a escola é uma nova etapa de socialização” (Blanes, 1972 *cit in*. Pereira, 2002, p.106).

Na realidade, a escola é referenciada como um dos meios mais importantes no que refere à socialização da criança (Matos *et al.* 2009; Pral, 2007 e Thompson e Bynum, 2010). De acordo com a teoria de Bronfenbrenner (1994), o sujeito está no centro de variados sistemas ecológicos que fazem parte do seu meio social e que o influenciam diretamente e continuamente ao longo da sua vida. Nesses sistemas ecológicos encontram-se a família, os pares, a comunidade e a escola. Saliente-se que estes sistemas ecológicos podem influenciar o sujeito quer positivamente quer negativamente.

Tida como um dos principais locais onde se transmitem normas e modelos de comportamento, a escola passou a ser considerada igualmente uma das principais

instâncias que origina o fenómeno da delinquência juvenil (Matos *et al.*, 2009; Ferreira, 1997 e Thompson e Bynum, 2010). Ferreira (1997) e Carrilho (2000) acrescentam que é devido à existência de uma quebra na socialização com o jovem que a delinquência surge. Como referido anteriormente, a família é tida como o primeiro elemento de socialização da criança, devendo sempre estimulá-la ao longo das etapas com que esta se depara (Matos *et al.*, 2009). Logicamente, se a criança não interiorizou determinadas regras e competências sociais que antes da sua ida para a escola deveria ter interiorizado, esta irá para a escola e sentir-se-á desmotivada, não querendo integrar-se naquela realidade (Pereira, 2002; Ferreira, 1997; Carrilho, 2000; Lourenço, 2009 e Born, 2005). Assim, a delinquência apresentada pelos jovens deve-se sobretudo ao aparente fracasso das estruturas de socialização convencionais como a família (Pereira, 2002; Ferreira, 1997; Carrilho, 2000; Lourenço, 2009; Born, 2005 e Farinha 2000).

Caldeira (2007 *cit. in* Lourenço 2009, p. 9) confirma:

“ Muitos alunos encontram na escola a satisfação das necessidades afetivas básicas, cuja insatisfação leva à procura de gangues, necessidades tais como a de aceitação, pertença, segurança, companheirismo.”

Por sua vez, Sêco (1997 *cit. in* Lourenço 2009, p. 14) argumenta:

“Se numa primeira fase da educação, é a família que desempenha o papel mais importante, numa segunda fase, é a escola e o meio ambiente que mais influências terão na construção da personalidade da criança.”

Deste modo, na escola é possível encontrarem-se dois tipos de influências: as normativas e as anti normativas. No que refere às más influências, nos tempos que correm, verificam-se muitos casos de violência, indisciplina e absentismo escolar, nomeadamente em escolas próximas de realidades sociais problemáticas (Lourenço,2009). Grisay e Debardieux (*cit. in* Velez 2011) defendem que o meio escolar é diretamente influenciado pelos alunos e pela própria estrutura da escola, especialmente em meios desfavorecidos. Debardieux (*cit. in* Velez 2011) baseando-se nas escolas e nos meios onde estas estão inseridas, constatou através das suas pesquisas

que algumas escolas perto de locais visivelmente desfavorecidos apresentavam condições ótimas, comparativamente a escolas situadas em locais mais favorecidos.

Os teóricos apontam que é nas escolas situadas em meios desfavorecidos quer economicamente quer socialmente que as condutas antissociais prevalecem (Velez, 2011). Por outro lado, Gottfredson e Gottfredson e Blaya (cit. in Velez 2011) contestam as investigações anteriores e concluem que as escolas apresentam características díspares e não se podem sequer comparar entre elas.

No que toca à dinâmica do aluno, Elliot *et al.* (cit. in Fonseca 1995) consideram que o aluno à medida que vai apresentando baixo rendimento nas tarefas escolares, aumenta a probabilidade de este adotar comportamentos delinquentes. De acordo com o estudo de Cambridge, os jovens que frequentam escolas onde os níveis de delinquência são altos, a probabilidade de estes no futuro serem condenados aumenta. Por outro lado, os jovens menos problemáticos tendem a frequentar escolas onde os níveis de delinquência são baixos (Farrington, 1999 e Farrington, 2001).

No que concerne aos fatores de risco presentes na escola identificados pela literatura, são referidos a (i) associação a pares desviantes; (ii) políticas e práticas escolares rígidas; (iii) disciplina repressiva; (iv) avaliações rígidas, (v) relação negativa entre alunos e professores; (vi) insucesso escolar, (vii) escolas com elevados níveis de desconfiança entre alunos e professores; (viii) regras pouco claras e inconsistentes; (ix) falta de participação dos alunos; (x) turmas com muitos alunos; (xi) características do meio; (xii) a atitude dos docentes; (xiii) pouco suporte da cultura escolar; (xiv) tamanho e estrutura da escola; (xv) fraco envolvimento na escola; (xvi) desigualdades sociais; (xvii) exposição repetida à violência; (xviii) discriminação, racismo e xenofobia (Velez, 2011; Carrol *et al.* cit. in Vale 2011; Farrington, 2011 e Matos *et al.*, 2009).

### **2.3. A influência dos pares na delinquência juvenil**

A influência dos pares é tida como um dos principais fatores de risco presentes na escola que leva à manutenção da delinquência juvenil (Born, 2005). Deste modo, considera-se essencial explicar os motivos dos adolescentes se associarem a pares desviantes (Trillo, 2011). Segundo os estudos de Elliot, Huizinga e Ageton (1995 cit. in

Born 2005) e de Jessor e Jessor (1977 *cit. in* Born 2005) as condutas desviantes estão fortemente associadas à associação com pares desviantes. Born (2005) vai mais longe e afirma que quantos mais delinquentes existirem no grupo, mais forte é essa associação.

Por outro lado, Trillo (2011) afirma que não é correto “culpar” os pares por todas as condutas desviantes que o adolescente apresenta. A ausência da vinculação dos jovens com agentes de socialização convencionais como a família, poderá também estar na origem das condutas apresentadas por estes (Trillo, 2011 e Born, 2005). Vale (2011) fundamenta-se na importância dos pares na fase da adolescência. Segundo a autora, os jovens começam a encarar os pares como uma segunda família e a valorizá-la em demasia, o que poderá suscitar a adoção de comportamentos desviantes, principalmente na escola (Born, 2005; Vale, 2011).

A família, como referido anteriormente, tem um papel basilar na educação da criança e cabe a ela manter uma relação positiva e vigiada com a criança, para que esta não se envolva com pares desviantes. De acordo com os estudos de Erickson *et al.* (*cit. in* Trillo, 2011) os jovens que apresentam vínculos fortes com a família, adquiriram valores culturais e códigos de conduta que os coíbem de se associarem a pares que adotam comportamentos anti normativos.

Por sua vez, Dishion, Patterson, Stoolmiller e Skinner (*cit. in* Trillo 2011) e Patterson, Reid e Dishion (*cit. in* Trillo 2011) concordam com a premissa de que os jovens que vivem em ambientes familiares conflituosos, apresentam uma maior probabilidade de se associarem a pares delinquentes e de realizarem atividades desviantes.

O estudo longitudinal de Dishion, Nelson e Bullock (*cit. in* Trillo 2011) realizado com 206 adolescentes, com idades compreendidas entre os 9 e os 18 anos, analisou o efeito das práticas de gestão parental e a influência dos pares nas condutas dos adolescentes e chegou à conclusão que (i) uma gestão familiar pobre desenvolve a probabilidade de o adolescente se envolver com pares desviantes; (ii) é na fase da adolescência que a supervisão parental diminui, traduzindo-se no desenvolvimento e manutenção de condutas antissociais pelos jovens.

Claes et al. (*cit. in* Trillo 2011) concluíram que uma elevada supervisão parental em congruência com níveis baixos de conflitos familiares, afastam a vinculação de adolescentes com grupos de pares desviantes. Por outro lado, existem estudos que admitem que as variáveis grupais adquirem uma relevância superior comparativamente às variáveis familiares (Trillo, 2011).

Mirón e Otero-López (*cit. in* Trillo 2011) mostram que a variável grupal é a variável que melhor prediz os comportamentos desviantes dos adolescentes. Os autores consideram que as influências dos pares instigam condutas delitivas. Estas influências encontram-se, ocasionalmente, precedidas por inadequadas supervisões parentais, uso de punições, negligência parental e relações afetivas diminutas (Mirón e Otero-López *cit. in* Trillo 2011).

Ainda que pareça claro que os comportamentos desviantes podem ser explicados exclusivamente pelas influências com pares desviantes, Trillo (2011) aconselha a analisar outros fatores de risco como os familiares, por exemplo.

## **2.4. Prevalência da Delinquência Juvenil**

Ao longo dos tempos, os teóricos têm vindo a associar novas variáveis à delinquência juvenil. Segundo Cóias (1995 *cit. in* Barata, 2006) esta tarefa não tem sido fácil, na medida em que, é necessário isolar essas mesmas variáveis e posteriormente estudar as suas prevalências. Na realidade, muitas podem ser as variáveis que caracterizam os adolescentes delinquentes (Cóias *cit. in* Barata, 2006). No presente trabalho serão analisadas três tipos de variáveis, sendo elas: a idade, o género e a classe social.

### **a) Delinquência Juvenil e Idade**

“ A idade em que as primeiras transgressões ocorrem parece assim também ser um bom preditor de uma futura “carreira” delinvente “ (Fonseca *et al.* 1995 *cit. in* Matos *et al.* 2009, p. 44).

Baseando-se nas estatísticas oficiais, Negreiros (2001) considera que é durante a fase da adolescência que os jovens tendem a iniciar a sua carreira delinquente. As investigações apontam a existência de duas teorias para explicar a relação entre a idade dos adolescentes e o crime. A primeira orientação considera a idade, a principal variável para explicar o crime, esta tem um caráter direto e inalterável, mesmo em disputa com outras variáveis como o sexo ou o tipo de crime (Negreiros, 2001). A segunda dimensão opta por considerar a idade importante mas não decisiva, esta é “ (...) mediatizada por características pessoais e condições sociais específicas.” (Negreiros, 2001, p. 49).

No que toca à idade do jovem, é durante a fase da adolescência (17/18 anos de idade) que os comportamentos antissociais dos jovens atingem valores altos. Ainda que, diminuam drasticamente após a entrada deste na vida adulta (Negreiros, 2001; Debardieux e Blaya, 2002). De acordo com LeBlanc & Fréchette (*cit. in* Oliveira, 2011, p. 6), “De fato, a grande maioria dos jovens, 92,8%, reconhece ter cometido pelo menos um, ou mais atos delinquentes durante esta fase”. Seguindo a linha de pensamento de Le Blanc e Fréchette, Loeber, Farrington e Tolan (*cit. in* Negreiros 2001) quanto mais cedo o jovem se iniciar na carreira criminal, maior é a probabilidade de este cometer crimes constantemente.

De acordo com Matos *et al.* (2009) o percurso delinquente pode ser explicado tendo como base a existência de trajetórias. Essas trajetórias serão baseadas no percurso de vida tido pelo indivíduo ao longo de toda a sua infância e adolescência bem como no contexto social em que este se insere. Deste modo, se o jovem durante a fase da adolescência teve um percurso de vida regrado, não se envolveu em comportamentos de risco, presumivelmente fará parte de um contexto de baixo risco e não optará pela via criminosa. Se, por outro lado, teve sempre um percurso ajustado ao longo da sua infância e durante a fase da adolescência passou por um processo traumático (um divórcio, por exemplo) poderá optar por uma trajetória delinquente como “escape” (Matos *et al.*,2009). Por fim, aparece a trajetória de vida desajustada ao longo da infância e início da adolescência. Neste caso, o adolescente teria todas as oportunidades para continuar a adotar comportamentos transgressivos contudo, devido à existência de oportunidades positivas que foram um marco na sua vida alterou a sua forma de estar e começou a agir normativamente (Matos *et al.*,2009).

Por outro lado, o estudo de Cambridge, da autoria de Farrington, é considerado a investigação longitudinal de referência no que toca ao fenómeno da delinquência juvenil. Esta investigação teve como amostra 411 jovens do sexo masculino. Os investigadores procuraram determinar os fatores preditores da delinquência e em que etapa surgiam. Assim, estes concluíram que entre os 8 e os 10 anos de idade, muitos jovens, apresentavam preditores importantes que poderiam conduzir ao cometimento de futuras infrações. Foi então criado um conjunto de seis categorias que abarcavam: (i) o comportamento anti-social da criança incluindo comportamentos disruptivos na escola, desonestidade e agressividade; (ii) hiperatividade, impulsividade e défice de atenção; (iii) baixa inteligência e aquisições escolares pobres; (iv) criminalidade familiar: historial de pais condenados e irmãos mais velhos delinquentes; (v) pobreza familiar incluindo baixo rendimento familiar, famílias numerosas e condições de habitação degradantes; (vi) comportamento parental pobre na educação da criança, incluindo disciplina rígida e autoritária, supervisão pobre, conflito parental e separação dos pais (Farrington, 1999; Farrington, 2001; Matos *et al.*, 2009 e Debardieux e Blaya, 2002).

Ao longo dos tempos, os autores têm vindo a apontar variados fatores para explicar a associação entre a delinquência e a idade do adolescente. O sujeito, a família, os pares, a escola e a comunidade são alguns dos fatores que servem de sustento a variadas investigações (Matos *et al.*, 2009).

Importa salientar que muitos dos jovens que apresentam comportamentos antissociais não os consideram como tal. Atitudes como faltar às aulas, lançar falsos alarmes ou fugir de casa são tidas como coisas próprias da adolescência (Sampaio, 2010). Deste modo, Negreiros (2001) certifica que os jovens que adotam comportamentos antissociais ocasionais durante a fase da adolescência não tendem a exhibir condutas transgressivas na fase adulta. Apenas um número muito pequeno tenderá a tornar-se criminoso e a manifestar comportamentos graves e constantes na idade adulta. Por sua vez, Loeber e Dishion (*cit. in* Barata 2006) asseguram que as crianças que apresentam desde cedo (7 anos de idade) comportamentos agressivos e de oposição, têm uma maior probabilidade de na fase da adolescência adotarem comportamentos mais graves.

No que toca à idade da perpetração de atos desviantes e de acordo com as estatísticas, os crimes contra a propriedade são cometidos por jovens com idades que

variam entre os 14-19 anos, ao invés dos crimes que envolvem violência, onde as idades variam entre os 19-24 anos (Negreiros, 2001).

### **b) Delinquência Juvenil e Género**

Relativamente à relação delinquência-género é no sexo masculino que se encontram as maiores incidências de comportamentos transgressivos (Oliveira, 2011). Saliente-se que esta associação aporta diversas justificações e teorias, a existência de características como um porte físico forte ou a apresentação de problemas de aprendizagem, défice de atenção ou desordem de Hiperatividade tornam o sexo masculino mais predisposto criminalmente (Hill 2002 *cit. in* Simões *et al.* 2008; Shoemaker 1996 *cit. in* Simões *et al.* 2008). Os níveis de testosterona elevados na adolescência e a influência dos pares são outras explicações possíveis para os comportamentos criminais apresentados pelo sexo masculino durante a adolescência (Archer *cit. in* Debardieux e Blaya 2002; Farrington *cit. in* Debardieux e Blaya 2002). Maccoby e Jacklin (1974 *cit. in* Martins 2005) apontam a agressividade como uma das principais diferenças de género na delinquência juvenil. Por outro lado, Loeber e Dishion (1974 *cit. in* Martins 2005) acusam a supervisão parental pobre como um dos fatores explicativos da delinquência presente no sexo masculino. Estas perspetivas podem explicar-se através do controlo parental que é exercido sobre o sexo feminino, as raparigas tendem a ser mais protegidas e a permanecer mais tempo em casa do que os rapazes, afastando-as de caminhos delinquentes (Martins, 2005).

Será pertinente abordar o estudo de Moffit, Caspi, Rutter e Silva (2001 *cit. in* Martins 2005) que conclui que os jovens do sexo masculino tendem a apresentar percentagens elevadas comparativamente ao sexo oposto em categorias de delitos como ofensas violentas, roubos e consumos de drogas ilegais e álcool.

### **c) Delinquência Juvenil e Classe Social**

Carrilho (2000), Born (2005) e Gallo e Williams (2005) concluem que os adolescentes provenientes de classes sociais baixas e que apresentam situações de vida precárias são constantemente conotados como mais agressivos do que os provenientes

de contextos sociais elevados. Dentler e Monroe (*cit. in* Barata 2006) concluem através de estudos que grande parte dos jovens delinquentes é proveniente de classes sociais desfavorecidas, quer economicamente quer culturalmente. Mirón (*cit. in* Barata 2006) contesta e menciona que nestes tipos de variáveis sociais e demográficas, a etiquetagem social pode causar exageradas disparidades nas estatísticas oficiais.

De acordo com Farrington (1978), o que acontece é que os jovens que pertencem a classes sociais baixas apresentam uma probabilidade mais alta de estarem ligados a situações delituosas e de serem detidos comparativamente a jovens de classes favorecidas (Farrington 1978 *cit. in* Barata 2006). Por outro lado, crianças que cresceram em meios desfavorecidos e problemáticos tendem a juntar-se a grupos problemáticos na adolescência, onde prevalecem situações de agressividade e impulsividade e conseqüentemente, a enveredar pela via criminal em adultos. (Tremblay *et al. cit. in* Barata 2006).

Baseando-se nas medidas de auto-relato dos comportamentos delinquentes, Farrington comprovou que a delinquência é um fenómeno transversal a todas as classes sociais (Farrington *cit. in* Barata 2006). Por sua vez, West (*cit. in* Barata 2006) vai mais longe e expõe cinco fatores que transformam o sujeito em delinquente, sendo eles: (i) ter uma família numerosa; (ii) provir de uma família pobre; (iii) ter pais cujas práticas educativas são inadequadas; (iv) apresentar níveis de inteligência baixos; (v) ter um pai com registo criminal.

De seguida será apresentada a parte empírica do presente trabalho, esta irá expôr o método para a possível identificação dos fatores de risco bem como dos comportamentos antissociais existentes correlacionados com as variáveis suprarreferidas associadas ao fenómeno da delinquência juvenil.

## **Parte II – Estudo Empírico**

### **Capítulo III – Metodologia**

#### **3.1. Justificação do Estudo**

De acordo com a revisão bibliográfica supracitada, a delinquência juvenil é um fenómeno que tem vindo a atingir proporções exageradas, chegando mesmo a ser abordada em diversos meios de comunicação social.

Ao longo dos tempos, tem-se constatado no que refere ao contexto nacional, que a ausência de estudos constitui um grande entrave às investigações quando se pretende estudar o fenómeno e todas as suas derivações

Foi concedido à aluna a oportunidade de estagiar num Agrupamento de Escolas – Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas (AERF). Localizada no centro da Cidade do Porto, mais propriamente em Miragaia, a Escola Básica de Miragaia foi uma das escolas onde a aluna estagiou. Considerado Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), esta escola situa-se num contexto social desfavorecido e consequentemente, é uma escola que acolhe os alunos que vivem nas zonas circundantes da mesma. Deste modo, é notório que muitos dos alunos que frequentam aquela escola são provenientes de contextos sociais igualmente desfavorecidos e que apresentam comportamentos desviantes. O fato de a aluna ter estado a estagiar naquele estabelecimento de ensino, suscitou interesse em compreender quais os fatores de risco associados à delinquência juvenil presentes naquela comunidade escolar que causam condutas como excessivas expulsões, indisciplina, elevado absentismo, entre outros comportamentos adotados pelos alunos. Este estudo é igualmente pertinente devido à necessidade de se desenvolverem, a nível nacional, novos estudos que abordem os fatores de risco associados à delinquência juvenil.

Assim, a presente investigação visa a compreensão e identificação dos fatores de risco associados à delinquência juvenil presentes na Escola Básica de Miragaia bem

como a associação dos comportamentos antissociais com determinadas variáveis (idade, género, classe social). Como referido anteriormente, a escola constitui um dos principais meios de socialização do jovem. Na escola, o jovem deve agir em conformidade com as regras que lhe são impostas porém nem todos os jovens acatam as ordens, muitos deles, tendem até a ter comportamentos que vão contra as normas como objeção.

### **3.2. Definição dos objetivos**

No que refere aos objetivos, estes são:

- 1) Identificar os comportamentos antissociais associados à delinquência juvenil presentes nos alunos da Escola Básica de Miragaia;
- 2) Identificar e verificar se existem variações dos comportamentos antissociais de acordo com variáveis como o género, a idade e a classe social dos adolescentes;
- 3) Identificar e verificar se variáveis como a idade, o género, classe social, o número de expulsões e reprovações, número de irmãos, idade e género destes, idade, estado civil, habilitações académicas e profissão dos pais, possíveis detenções dos pais, qualidade das relações familiares e grupais, possíveis fugas de casa podem ser fatores de risco a encontrar naquela realidade escolar;
- 4) Procurar averiguar até que ponto as variáveis específicas supracitadas explicam a delinquência juvenil.

### **3.3. Caracterização dos Participantes**

Será constituída, aleatória e anonimamente, uma amostra de 100 alunos de ambos os sexos provenientes da Escola Básica de Miragaia, no distrito do Porto. Estes alunos terão idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos e serão provenientes de turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano do estabelecimento de ensino suprarreferido.

### 3.4. Caracterização dos Instrumentos

De acordo com o método, a aluna utilizará dois instrumentos quantitativos de recolha de dados.

O instrumento a utilizar no presente estudo é composto por duas partes, sendo elas: (i) Caracterização Sociodemográfica (cf. Anexo I) e (ii) Questionário.

No que concerne à caracterização sociodemográfica, esta inicia-se com uma pequena explicação do estudo bem como as instruções de resposta. Através da caracterização sociodemográfica pretende-se obter informações relevantes sobre os jovens e as suas famílias. Assim, a primeira parte do instrumento possui questões relativas ao género dos inquiridos, idade, ano de escolaridade, número de suspensões e reprovações do aluno, número de irmãos, idade e género destes, idade, estado civil, profissão e habilitações académicas dos pais, número de pessoas com quem o aluno vive, possíveis detenções dos pais, qualidade das relações entre pais e filhos; fugas de casa. Através desta caracterização sociodemográfica será possível compreender a situação de vida destes jovens bem como identificar possíveis fatores de risco existentes.

No que refere ao questionário da presente investigação, este é a conjugação de três questionários já existentes, sendo eles: o “Cuestionario de Conductas Antisociales (CCA)” (Mirón 1990 *cit. in* Martins 2005), “The Exposure to Abusive and Supportive Environments Parenting Inventory (EASE-PI)” (Nicholas e Bieber 1997 *cit. in* Martins 2005) e “The Conflict Tactics Scale (CTS)” (Strauss *et al.* 1979, 1990, 1998 *cit. in* Martins 2005), todos traduzidos e adaptados por Martins, 2005. Importa salientar que os questionários suprarreferidos apresentam elevados níveis de fiabilidade e validade (Martins, 2005).

Na presente investigação justifica-se a conjugação destes três questionários visto que para se identificarem os fatores de risco associados à delinquência juvenil na EB de Miragaia, é necessário identificar, em primeiro lugar, os comportamentos anti-sociais

adotados pelos jovens bem como perceber a influência que os pais, a escola e o grupo de pares têm sobre o sujeito.

Deste modo, o questionário é dividido em três partes: (i) questionário relativo aos pais, (ii) questionário relativo aos amigos; (iii) questionário relativo ao sujeito.

Relativamente aos pais, Martins (2005) optou por utilizar o “ The Exposure to Abusive and Supportive Environments Parenting Inventory (EASE-PI) ”, este questionário pretende identificar os comportamentos abusivos (maus-tratos emocionais, físicos e abuso sexual) bem como os comportamentos positivos de suporte no contexto familiar. A versão traduzida e adaptada por Martins (2005) é constituída por 59 itens, sendo que a sub-escala do abuso sexual não foi utilizada bem como 1 item referido aos maus-tratos emocionais. Deste modo, este questionário é formado por 5 dimensões, sendo elas: (i) Maus-tratos emocionais; (ii) Maus-tratos físicos; (iii) Amor/suporte; (iv) Promoção da independência e, por fim (v) Modelagem positiva. Os itens foram pontuados tendo em conta a escala de Likert de 5 posições: (0) Nunca; (1) Quase Nunca; (2) Algumas vezes; (3) Quase sempre e (4) Sempre.

Relativamente ao grupo de pares, Martins (2005) utilizou o “ The Conflict Tactics Scale (CTS) ”, este questionário pretende identificar a violência e/ou os maus-tratos tidos ou sofridos pelos sujeitos. A versão traduzida e adaptada por Martins (2005) é constituída por 12 itens no que concerne ao estudo da violência observada nos pais pelos menores, mantendo 3 itens relativos a estratégias não violentas de resolução de conflitos, 5 itens que abarcam a violência emocional e 4 itens relativos à violência física. Neste questionário, Martins (2005) optou igualmente por utilizar a escala de Likert de 5 posições: (0) Nunca; (1) Quase Nunca; (2) Algumas vezes; (3) Quase sempre e (4) Sempre.

No que concerne ao indivíduo, Martins (2005) optou por utilizar o “Cuestionario de Conductas Antisociales (CCA) ”, este questionário agrupa os diferentes tipos de condutas tidas pelos jovens. A versão traduzida e adaptada por Martins (2005) é constituída por 51 itens e engloba cinco dimensões, sendo elas: (i) conduta contra as normas (14 itens); (ii) vandalismo (7 itens); (iii) roubo (13 itens); (iv) agressão contra as pessoas (10 itens) e (v) consumo de drogas (7 itens). O questionário foi pontuado tendo

em conta a escala de Likert de 5 posições: (0) Nunca; (1) Quase nunca; (2) Algumas vezes; (3) Bastantes Vezes e (4) Com Frequência.

Pretende-se que com a adoção destes dois procedimentos: a caracterização sociodemográfica e o questionário se consigam identificar os fatores de risco que estão associados aos comportamentos antissociais evidenciados pelos jovens na escola bem como a correlação com as variáveis que se pretendem estudar.

Importa ainda referir que a análise de dados será feita recorrendo a uma estatística descritiva e diferencial.

### **3.5. Variáveis em estudo**

No que toca às variáveis em estudo antes de identificá-las, é importante defini-las. Existem dois tipos de variáveis, as dependentes e as independentes (Sousa, 2005). As variáveis dependentes são as variáveis que dependem constantemente dos procedimentos de investigação para a obtenção do resultado (Sousa, 2005). Por outro lado, as variáveis independentes não dependem diretamente dos procedimentos da investigação, ainda que os influenciem (Sousa, 2005). No presente trabalho, os fatores de risco e os comportamentos antissociais são as variáveis dependentes. A idade, o género e a classe social dos inquiridos, o número de expulsões e reprovações, número de irmãos, idade e género destes, idade dos pais, estado civil, habilitações académicas e profissão dos mesmos, qualidade das relações familiares e grupais, possíveis detenções dos pais, possíveis fugas de casa são as variáveis independentes do presente estudo.

### **3.6. Procedimento**

Tratando-se de um estabelecimento de ensino, será necessário solicitar o consentimento para a entrega dos questionários aos alunos (cf. Anexo II). Deste modo, será pedida permissão ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica de Miragaia bem como aos Encarregados de Educação dos alunos que irão fazer parte da amostra (cf. Anexo III). Será igualmente elaborado um pedido de autorização ao autor do questionário para utilização do mesmo (cf. Anexo IV).

Relativamente aos questionários estes serão distribuídos e recolhidos em contexto de sala de aula.

### **3.7. Resultados**

Em primeiro lugar, espera-se que a presente investigação demonstre que os alunos da Escola Básica de Miragaia tendem a ser influenciados por inúmeros fatores de risco associados à delinquência juvenil e que esses fatores de risco os levem a enveredar por vias transgressivas. Assim sendo, espera-se que os alunos da escola supracitada apresentem fatores de risco individuais como a baixa auto-estima, hiperatividade, agressividade, isolamento social, baixas competências sociais, temperamento, busca de sensações bem como comportamentos ofensivos e de oposição. Saliente-se que estes fatores tendem a ser apontados pela literatura existente como fatores que podem levar à adoção de condutas desviantes.

De acordo com a revisão da literatura referente aos fatores de risco familiares, espera-se identificar através dos instrumentos supracitados, fatores de risco como a existência de famílias desestruturadas, o tamanho da família, separação da família e relações conflituosas, violência familiar, exposição a comportamentos desviantes, desorganização familiar, baixa escolaridade dos pais, baixo rendimento dos pais, falta de limites e regras estabelecidas, desinteresse pelo desempenho escolar dos filhos, estratégias parentais inconsistentes e autoritárias, inexistência de coesão familiar, baixos níveis de afeto familiar, castigos corporais, casamento precoce, possíveis detenções dos pais, podem ser alguns dos fatores de risco a encontrar naquela comunidade escolar.

No que refere ao contexto escolar, espera-se igualmente conseguir identificar os comportamentos antissociais apresentados pelos alunos da escola supracitada e que estes sejam congruentes com a literatura já existente. Se assim for, fatores de risco como a associação a pares desviantes, a existência de disciplinas repressivas, o elevado insucesso escolar e conseqüentemente absentismo, as políticas escolares rígidas, o número de suspensões e reprovações, o meio onde a escola está inserida e/ou estrutura física da mesma, as turmas com muitos alunos ou as atitudes dos professores, podem ser alguns fatores de risco a encontrar naquele estabelecimento de ensino.

Correlacionando os comportamentos anti-sociais e os fatores de risco com a variável idade espera-se que a existência e a multiplicidade de comportamentos antissociais em idades precoces seja um importante fator que levará à iniciação de carreiras delinquentes cada vez mais cedo.

Relativamente à relação comportamentos antissociais, fatores de risco e género, espera-se que a associação seja direta. O sexo masculino deverá ser considerado o sexo que apresenta níveis baixos de resistência à frustração, níveis altos de hostilidade e agressividade. Espera-se igualmente que com o aparecimento de inúmeros fatores de risco este tenderá a deixar-se influenciar rapidamente e a decidir-se-á por carreiras delinquentes como “escape”.

No que toca à classe social, espera-se que em concordância com a bibliografia existente, sejam os jovens de classes sociais mais baixas a manifestar um maior número de comportamentos antissociais e de fatores de risco associados ao fenómeno da delinquência juvenil.

### **3.8. Discussão**

Esta investigação é bastante pertinente na medida em que se focaliza particularmente na identificação dos fatores de risco associados à delinquência juvenil na escola bem como na identificação dos comportamentos antissociais e possíveis correlações com as variáveis supracitadas. Como se sabe, os fatores de risco podem influenciar negativamente o adolescente levando-o a adotar comportamentos antissociais.

A importância deste estudo reside no fato de demonstrar à sociedade que a adolescência é uma fase em que os jovens“ (...) tornam-se mais influenciáveis pelo grupo de colegas (...) tornam-se mais críticos, rebeldes (Fonseca *et al.*, 1995,p.150).

Não obstante, a autora encontrou algumas fragilidades do projeto, sendo elas: (i) o estudo se desenvolver apenas numa escola; (ii) não abarcar todas as turmas, nem todas as faixas etárias; (iii) tratando-se de adolescentes supõe-se que estes tenderão a responder consoante o que é esperado (fenómeno da desejabilidade social) (Campos,

2005). Estas fragilidades não permitirão a generalização dos resultados, obrigando a adotar os mesmos moldes noutros estabelecimentos escolares.

Como menciona Fonseca *et al.* (1995): “ A escola tem sido frequentemente apontada como um lugar privilegiado para a intervenção no domínio da delinquência juvenil (...) ”. Por essa mesma razão, não existe local mais apropriado para se realizar um projeto de investigação do que uma escola como a EB de Miragaia, considerada TEIP que necessita urgentemente de intervenções no domínio do fenómeno em causa.

Prevê-se que com o contributo deste estudo possam vir a ser criados programas de intervenção que diminuam os fatores de risco existentes na escola e consequentemente combatam os comportamentos antissociais, diminuindo o fenómeno da delinquência juvenil.

Ainda que ao longo dos tempos se tenham vindo a desenvolver inúmeras estratégias de prevenção da delinquência juvenil, é importante referir que só têm sucesso as intervenções que conseguem identificar quer as causas da delinquência juvenil quer os fatores de risco (Matos *et al.*, 2009). Como refere Negreiros (2001) e Weiner (1995) a delinquência juvenil é um fenómeno que apresenta inúmeras formas de manifestação e trajetórias de evolução, tendo que optar por intervenções múltiplas e diversificadas. Em primeiro lugar, seria importante identificar os jovens que se encontram em situações de risco para que as intervenções possam diminuir os efeitos negativos desses fatores e até promoverem a criação de fatores de proteção (Matos *et al.*, 2009; Kazdin e Bucla-Casal, 2001). Posteriormente, poderiam ser criadas intervenções que focassem a sensibilização/prevenção da comunidade escolar em geral.

No que toca aos jovens de risco, seria importante desenvolver uma intervenção que se baseasse na promoção de competências pois, muitos destes jovens não possuem competências necessárias para funcionar normativamente (Matos *et al.*, 2009). Essa promoção de competências basear-se-ia no fornecimento de conhecimentos e no desenvolvimento de competências que promovessem a autonomia, a responsabilidade, a assertividade, o autocontrolo e que favorecessem a aquisição de comportamentos pró-sociais e de resolução de problemas (Negreiros, 2001; Matos *et al.*, 2009; Pereira, 2002).

Quanto à comunidade escolar e pretendendo-se a sensibilização/prevenção do fenómeno delinvente, a intervenção poderia abordar o desenvolvimento de atividades extracurriculares como forma de os jovens ocuparem mais os seus tempos livres na escola. As atividades extracurriculares poderiam passar pela visualização de um filme de uma determinada temática ou a apresentação / discussão de temas como o *bullying*, os comportamentos de risco, as drogas, o racismo. Estas atividades seriam importantes visto que iriam informar e desenvolver novos pontos de vista nos jovens.

### **3.9. Proposta de investigação futura**

Futuramente, considera-se útil perceber em que sentido a criação de intervenções preventivas baseadas na escola altera os comportamentos tidos pelos adolescentes. Tendo em conta o que a literatura refere, quando o jovem apresenta fatores de risco individuais em adição com os familiares ou grupais/escolares, a probabilidade de este cometer atos mais graves aumenta. Nesse sentido, pretende-se compreender se através dos programas criados os comportamentos apresentados pelos jovens tendem a diminuir ou mesmo a desaparecer.

## **4. Conclusão final**

A delinquência juvenil é um fenómeno que pode ser caracterizado tendo em conta diferentes perspetivas e formas de expressão (Negreiros, 2001; Carvalho, 2005; Berzonsky 1981 *cit. in* Matos *et al.* 2009). Quem já não cometeu um ato desviante e não foi apanhado? Na realidade, a delinquência juvenil é um fenómeno comum a todos e que apenas tende a divergir de conceitos ideais como a infância e a juventude. Nestes moldes a delinquência juvenil é uma fase própria e quase obrigatória da adolescência que tende a ser esporádica e quase nunca um modo de vida (Ferreira, 1997).

Nesta roda-viva que é o fenómeno delinvente não se pode ter apenas em conta o adolescente. Saliente-se que na génese do fenómeno se encontram atores sociais como a família, o grupo de pares, a escola e até a comunidade (Ferreira, 1997). Estes atores sociais desenvolvem relações com o sujeito que o levam a criar normas e identidades

próprias, encontrando-se este numa fase em que a mudança é a palavra que melhor o caracteriza.

Repleto de características que o definem integralmente e fruto de uma fase única e experimental, não raras vezes, o sujeito “desliga” da família e centra-se na escola e nas relações com os amigos. Essa descentralização familiar e centralização em relações puramente físicas e experimentais, poderá causar uma quebra na socialização com a família e todas as suas responsabilidades, promovendo no jovem comportamentos que muito se afastam dos moldes estipulados e legais.

Os comportamentos antissociais desenvolvem-se e os fatores de risco agrupam-se, acumulando-se. No presente trabalho e após toda a investigação, espera-se conseguir identificar os fatores de risco e os comportamentos antissociais que estão na génese da delinquência juvenil e verificar se existe efetivamente uma associação com as variáveis suprarreferidas. Se existir, pretende-se igualmente averiguar se as variáveis relacionadas com os fatores de risco e os comportamentos antissociais explicam na sua globalidade o fenómeno da delinquência juvenil.

Caso os objetivos da investigação sejam conseguidos poderão ser criados programas de intervenção que abordem o fenómeno delinvente, as suas variações e sujeitos que participam nele, direta ou indiretamente. O objetivo principal dessas intervenções passará pela diminuição/extinção dos fatores de risco e, conseqüentemente, pela diminuição/extinção dos comportamentos antissociais apresentados pelos jovens.

Para finalizar, durante a elaboração do presente trabalho, foi concedido à aluna a oportunidade de esta elaborar um poster intitulado como “Fatores de risco da delinquência em menores: caracterização de um agrupamento de escolas do distrito do Porto”. Este poster baseou-se no presente projeto de investigação, foi elaborado com a ajuda da Dr<sup>a</sup> Carla Fonte e, posteriormente, submetido para o II Colóquio “A Justiça em análise”, realizado na Universidade Fernando Pessoa.

## 5. Bibliografia

- Agra, C. e Matos, A. (1997). *Trajectórias Desviantes*. Lisboa, Ministério da Justiça.
- Akers, R. e Sellers, C. (2009). *Criminological Theories: introduction, evaluation and application* – Fifth Edition. New York, Oxford University Press.
- Antunes, A. (1999). *Pardais na cidade: pensamento e histórias da delinquência juvenil*. Coimbra, Associação Integrar.
- Barata, C. (2006). *Vinculação à família e delinquência juvenil em jovens urbanos e rurais em fase de escolarização*. Monografia de Licenciatura apresentada à Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia, *Análise Psicológica*, 4 (XX), pp. 637-645.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In *International Encyclopedia of Education*, Vol. 3 (2. nd). Ed. Oxford: Elsevier.
- Campos, A. (2005). Desejabilidade Social. [Em linha]. Disponível em <<http://www.educare.pt/educare/Opinioao.Artigo.aspx?contentid=103762311A6E3A1FE0440003BA2C8E70&channelid=0&schemaid=&opsel=2>> [Consultado em 25/09/2012]
- Carrilho, L. (2000). *Influências Familiares no desenvolvimento de trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.

- Carvalho, M. (2005), Jovens, espaços, trajetórias e delinquências, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (N.º 49), pp. 71-93.
- Chazal, J. (1981). *Delinquência Juvenil*. Lisboa, Edições Itau.
- Cusson, M. (2007). *Criminologia*. Cruz Quebrada, Casa das Letras.
- Debardieux, E. e Blaya, C. (2002). *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. Brasília, Unesco.
- Dias, J. e Andrade, M. (1997). *Criminologia - O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra, Coimbra Editora.
- Farinha, L. (2000). *Os Aprendizizes do Crime*. Lisboa, Hugin Editores.
- Farrington, D. (1999). Cambridge Study in Delinquent Development [Great Britain], 1961-1981 [Em linha]. Disponível em <<http://sociology-data.sju.edu/8488/8488cb.pdf>> [Consultado em 22/08/2012].
- Farrington, D. (2001). Prevenção centrada no risco, *Infância e Juventude*, (Nº 3-01/ Julho-Setembro), pp. 9-29.
- Ferreira, P. (1997). Delinquência Juvenil, família e escola, *Análise Social*, vol. XXXII (143/4.º-5.º), pp. 913-924.
- Fonseca, A. *et al.* (1995). A prevenção da delinquência juvenil: intervenções baseadas na escola. *Revista Portuguesa de Educação e Pedagogia*, Ano XXIX (Nº 3), pp. 135-164.
- Fréchette, M. e LeBlanc, M. (1987). *Délinquances et délinquants*. Québec, Gaetan Morin.
- Gallo, A. e Williams, L. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 38 (nº 133/ jan-abr), pp. 41-59.
- Kazdin, A. e Buela-Casal, G. (2001). *Conduta anti-social: avaliação, tratamento e prevenção na infância e na adolescência*. Amadora, McGraw-Hill.

- Lourenço, S. (2009). *Prevenindo Comportamentos de Risco: Um exemplo numa escola TEIP*. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Manita, C. (1997) Personalidade criminal e perigosidade: da “perigosidade” do sujeito criminoso ao (s) perigo (s) de se tornar objecto duma “personalidade criminal”, *Revista do Ministério Público*, A. 18 (Nº 69/ Jan.-Mar), pp. 55-80.
- Martins, J.S. (2005) *Violência e Maus tratos em contextos de socialização e delinquência juvenil*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.
- Matos, M. et al. (2009). *Violência, Bullying e Delinquência*. Lisboa, Coisas de Ler Edições.
- Negreiros, J. (2001). *Delinências Juvenis*. Lisboa, Editorial Notícias.
- Oliveira, P. (2011). *Atitudes e crenças antissociais na delinquência juvenil: diferenças em função da idade, de género e do padrão antissocial*. Dissertação de Mestrado em Psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Pereira, B. (2002). *Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Porto, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pral, C. (2007). *Oportunidade e risco: suporte social e factores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Legal apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Rosado, J. (2004). *Os aprendizes do crime*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Fontes de Informação Sociológica, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Sampaio, M. (2010). *O outro lado da vida: Delinquência Juvenil e Justiça*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Serviço Social apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.

- Simões, C., Matos, M. G., & Batista-Foguet, J. M. (2008). Juvenile Delinquency: Analysis of Risk and Protective Factors Using Quantitative and Qualitative Methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, (Volume XII (4) / Dezembro), pp. 389-408.
- Sousa, A. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Sprinthall, N. e Collins, W. (2003). *Psicologia do Adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Trillo, V. (2011). *Grupo de Amigos, Género y Delincuencia Juvenil*. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Psicologia Social, Básica e Metodologia da Faculdade de Psicologia de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.
- Vale, J. (2011). *Comportamentos anti-sociais sinalizados na CPCJ de Gaia Sul*. Projeto de Graduação de Licenciatura apresentado à Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Velez, M. (2010). *Indisciplina e violência na escola: fatores de risco- um estudo com alunos do 8º e 10º anos de escolaridade*. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Weiner, I. (1995). *Perturbações Psicológicas na adolescência*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.



# **Anexos**

**Anexo I**  
**Caraterização**  
**Sociodemográfica**



Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

O presente questionário pretende conhecer melhor os hábitos e opiniões dos jovens adolescentes.

Gostávamos muito que nos ajudasses nesta tarefa, para isso pedimos-te que respondas a todas as perguntas que aparecem a seguir. Pedimos-te também que ao responderes às perguntas, o faças com sinceridade. As tuas respostas são totalmente confidenciais, ninguém irá saber que foste tu que respondeste.

Não escrevas nenhum dado como o teu nome ou a tua morada no questionário, só apenas o que te é perguntado.

Voltamos a recordar-te que as tuas respostas são muito importantes para que possamos conhecer melhor os jovens da tua idade.

Tenta não deixar nenhuma resposta em branco. Se tiveres dúvidas não hesites em perguntar-nos.

Obrigada pela tua colaboração!

1. Para começar serão feitas algumas perguntas sobre ti: (coloca uma cruz (X) no espaço correspondente).

1.1. Sexo:

Masculino

Feminino

1.2. Idade: \_\_\_\_\_ anos

1.3. Escolaridade:

6º ano  7º ano  8º ano  9º ano

1.4. Já reprovaste? Sim  Não  Em que ano? \_\_\_\_\_

1.5. Já foste expulso da escola? Sim  Não  Em que ano? \_\_\_\_\_

1.6. Tens irmãos? Sim  Não

Se sim, quantos são rapazes? \_\_\_\_\_

Quantas são raparigas? \_\_\_\_\_

Qual a idade deles? \_\_\_\_\_

Qual a idade delas? \_\_\_\_\_

1.7. Qual é a idade da tua mãe? \_\_\_\_\_ anos

Qual é a idade do teu pai? \_\_\_\_\_ anos

1.8. Qual é a profissão da tua mãe? \_\_\_\_\_

Qual é a profissão do teu pai? \_\_\_\_\_

1.9. Quais são as habilitações académicas da tua mãe? \_\_\_\_\_

Quais são as habilitações académicas do teu pai? \_\_\_\_\_

1.10. Os teus pais estão:

Casados

Separados

Divorciados

Outros: \_\_\_\_\_

1.11. Com quem vives?

Pais  Avós  Irmãos  Tios  Outros: \_\_\_\_\_

1.12. Em geral, como é a relação entre os teus pais?

Muito Boa	Boa	Regular	Má	Muito Má
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.13. Em geral, como é a relação que tens com a tua mãe?

Muito Boa	Boa	Regular	Má	Muito Má
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.14. Em geral, como é a relação que tens com o teu pai?

Muito Boa	Boa	Regular	Má	Muito Má
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.15. Os teus pais já foram presos por terem realizado alguma atividade ilegal?

	Pai	Mãe
Nunca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uma vez	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Várias vezes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.16. Alguma vez fugiste de casa?

Sim  Não

1.17. Se antes respondeste que fugiste de casa:

1.18. Quantos anos tinhas quando isso aconteceu? \_\_\_\_\_ anos

1.19. Por que motivo fugiste? \_\_\_\_\_

1.20. Já foste detido (a) pela polícia?

Sim

Não

Quantas vezes? \_\_\_\_\_

1.21. Porque foste detido? \_\_\_\_\_

O questionário termina por aqui.

Obrigada pela tua colaboração!

# **Anexo II**

**Pedido de autorização ao**  
**Presidente do Conselho**  
**Executivo da EB de**  
**Miragaia**

## Consentimento Informado

Exmo. (a) Senhor (a) Presidente do Conselho  
Executivo da Escola Básica de Miragaia

Porto, 10 de Outubro de 2012

Assunto: Pedido de autorização para a administração de questionários na Escola Básica de Miragaia no Porto, para fins de trabalho académico (Projeto de Graduação de Licenciatura).

Exmo. (a) Senhor (a) Presidente

A aluna da Universidade Fernando Pessoa, Anaísa Saraiva Marques, vem por este meio pedir autorização, para administrar questionários aos alunos de uma turma do 6º,7º,8º e 9º ano. Esta atividade tem como objetivo a recolha de dados para posterior análise e é referente ao Projeto de Graduação “ Comportamentos antissociais e fatores de risco da delinquência juvenil: caraterização de uma escola”, tendo em vista o término da Licenciatura em Criminologia, na Universidade Fernando Pessoa.

Assim, solicita-se a vossa autorização para a administração dos questionários. Junto com este pedido de autorização, são igualmente enviados em anexo os respetivos questionários.

Gratas pela atenção dispensada

A orientanda:

A docente orientadora:

---

---

(Anaísa Saraiva Marques)

(Carla Fonte)

# **Anexo III**

## **Pedido de autorização aos** **Encarregados de Educação**

## Consentimento informado

Exmo. (a) Senhor (a) Encarregado de Educação

A universidade Fernando Pessoa, no âmbito do projeto de Licenciatura em Criminologia, e em colaboração com a Escola Básica de Miragaia, irá realizar uma atividade que tem como objetivo a recolha de dados para posterior análise e é referente ao Projeto de Graduação “ Comportamentos antissociais e fatores de risco da delinquência juvenil: caraterização de uma escola”.

Esta recolha será feita junto de alunos do 6º,7º,8º e 9º ano de escolaridade, durante o ano letivo de 2011/2012. Como tal, vimos por este meio solicitar a V.Ex.ª que autorize o seu educando a participar.

Mais se informa que os dados recolhidos serão rigorosamente anónimos e confidenciais.

### Autorização

Eu, \_\_\_\_\_,  
Encarregado (a) de Educação do aluno (a) \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, da turma \_\_\_\_, do ano \_\_\_\_ declaro que autorizo o meu  
educando a participar no estudo a realizar pela Universidade Fernando Pessoa.

O (A) Encarregado de Educação

\_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_

A Presidente do Conselho Executivo

A responsável pelo estudo

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

# **Anexo IV**

**Pedido de autorização ao**  
**autor do questionário na**  
**versão portuguesa**

## Pedido de autorização

Exmo. Sr.:

Professor Doutor José Soares Martins,

Sou finalista da Licenciatura em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa no Porto. Encontro-me neste preciso momento a realizar o meu projeto de graduação intitulado de “ Comportamentos anti-sociais e fatores de risco da delinquência juvenil: caracterização de uma escola” sob a orientação da Professora Doutora Carla Fonte. Venho por este meio pedir a sua permissão para que eu possa utilizar o questionário proveniente da sua tese doutoral. O estudo será feito junto da população escolar do estabelecimento de ensino básico de Miragaia.

Gratas pela atenção dispensada

A orientanda:

---

(Anaísa Saraiva Marques)

A docente orientadora:

---

(Carla Fonte)